

O comércio varejista de drogas ilegais e a juvenilização da sua mão de obra¹

Herminia Helena Castro da Silva ²

Leonardo Villela de Castro ²

Dinair Leal da Hora ³

Gilberto Marcelo Sperandio da Silva ^{2,3}

RESUMO: A questão da infração infanto-juvenil é uma das problemáticas fundamentais para a cidade do Rio de Janeiro, principalmente quando percebemos que o aumento dos índices de violência a partir da década de 80 está associado ao comércio varejista de drogas ilegais e a mão de obra de crianças e adolescentes é a mais usada nessa atividade. Esse artigo tem por objetivo discutir a relação entre o comércio varejista de drogas ilegais, a subcultura do combate e a socialização dos jovens nos territórios ocupados pelos grupos envolvidos com a venda de drogas no varejo. A base empírica da discussão travada aqui foram entrevistas realizadas em dois períodos diferentes – 2003 e 2006 – em uma instituição que recebe jovens de 16 até 18 anos, do sexo masculino, que estão cumprindo medida de internação.

Palavras-chave: Violência, Crianças e adolescentes, Subcultura do combate.

ABSTRACT: *The problem with children and teenagers infractions is a fundamental concern to Rio de Janeiro City, mainly when it is possible to oversee that increasing in violence levels, since the 80's, are related to illegal drugs retail dealing and the use of children and teenagers as labor force in these activities. This paper aims at the discussion over the relationship between illegal drug retail dealing, the culture of police combat and the socialization of youths within the territories occupied by drug dealers. The empirical basis over this discussion is formed with the results of interviews undertaken during two years: 2003 and 2006, at an institution that shelters young males, aged between 16 and 18 years, serving time as inmates.*

Keywords: *Violence, Children and teenagers, Combat culture.*

¹ Este artigo é um desdobramento de trabalho apresentado no X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Braga, 2009.

² Centro Universitário Augusto Motta – UNISUAM.

³ Instituto de pesquisa Clínica Evandro Chagas - Ipec/Fiocruz.

O comércio varejista de drogas ilegais e a juvenilização da sua mão de obra

INTRODUÇÃO

O aumento dos índices de violência no Rio de Janeiro, principalmente a partir da década de 80, de maneira geral é visto como um fato estranho à organização coletiva. Em outras palavras, ele derivaria de fatos desvinculados das relações sociais consideradas normais. Outra característica atribuída a esse fenômeno é acreditar que ele está relacionado a determinados territórios da cidade e que alguns grupos sociais são mais “perigosos” do que outros (MACHADO DA SILVA, 2008a; SOUZA, 2008). No primeiro grupo, encontram-se os moradores das periferias ocupadas pelos comandos do comércio de varejo de drogas ilegais, sobretudo os jovens. Na verdade, a própria noção de “violência urbana” atualmente está associada ao traficante de drogas (MACHADO DA SILVA, 2008a, 2008b). O aumento da violência seria, então, um subproduto das condições de pobreza e do envolvimento da juventude pobre com o crime organizado⁴. Nas explicações elaboradas no calor do debate cotidiano, mesmo no debate feito por observadores especializados, a relação entre o comércio varejista de drogas e as comunidades de baixa renda é pensada a partir da matriz da exclusão e da falta de eficiência do Estado.

Esse texto, ao contrário, parte da premissa de que, apesar de ser considerado como um corpo estranho produzido pela exclusão social, o aumento da violência na cidade e o envolvimento da juventude da periferia com esse negócio está fortemente vinculado a valores que se estendem à cidade como um todo e à força que as facções de droga assumiram diante das comunidades⁵ e da sociedade de

maneira geral. A adesão da juventude pobre à criminalidade pode ser entendida como uma interpretação específica do hedonismo e do consumismo e da descrença nas instituições como formas de promover inclusão social, mas ela é, sobretudo, um produto da exposição sistemática desses jovens aos valores e às interações próprias do comércio varejista de drogas ilícitas.

Vamos discutir o processo através do qual os jovens das comunidades desassistidas pelo Estado e pela sociedade são preparados para desempenharem as funções que existem na estrutura do mercado de varejo de drogas, considerando, por um lado, que na cidade do Rio de Janeiro, a partir da década de 80, a juventude desses territórios está socializada em contextos onde está sendo disseminada uma subcultura específica (OLIVEIRA, 2008) e onde o espaço da sociabilidade está comprometido (ZALUAR, 1998; MAFRA, 2004; REIS, 1998; SOUZA, 2008), e, por outro, que esses jovens expressam em sua escolha pela criminalidade o desejo de se sentirem incluídos socialmente a partir da capacidade de consumir bens que são significativos para amplos setores da juventude. Além disso, é preciso considerar que esses sujeitos jovens não encontram instituições ou ações protetoras e de supervisão que garantam efetivo acesso aos benefícios da vida moderna.

O foco da investigação que será feita aqui são os adolescentes em conflito com a lei, envolvidos com o comércio varejista de drogas ilegais, que cumprem medida socioeducativa de internação na unidade fechada do Departamento Geral de Ações Sócio-educativas – DE-GASE, que atende jovens a partir de 16 anos.

Para realizar a tarefa proposta acima duas vertentes de investigação parecem fundamentais. A primeira delas diz respeito às interações estabelecidas no cotidiano dos garotos, princi-

4 Ver Baierl (2004) e Delumeau (1996) que relacionam o medo social, vivenciado por determinados grupos economicamente desfavorecidos, com a constituição de classes perigosas.

5 O termo comunidade está sendo usado aqui para designar os territórios tradicionalmente chamados de favelas que, atualmente, servem de base para o comércio varejista de drogas ilegais vinculados às facções do tráfico.

Herminia Helena Castro da Silva et al.

palmente as que constituem o setor de estilo de vida, aspectos regionalizados de atividades e condutas (GIDDENS, 2002), configurado no mundo do crime⁶.

Para o escopo deste trabalho, “mundo do crime” é a região que se constitui nas relações sociais estabelecidas pelos jovens nas atividades envolvidas com o comércio varejista de drogas com base na periferia. Essa região se configura em um cenário diferenciado pelo qual muitos moradores das comunidades circulam cotidianamente.

A segunda vertente tenta entender as razões que levaram o jovem a escolher a criminalidade como estratégia de sobrevivência e o papel que a exposição à atuação dos comandos e à subcultura disseminada por esses agentes desempenhou na escolha feita, considerando que nas comunidades onde se situa a venda de varejo de drogas ilegais “algumas situações constituem uma dinâmica social recorrente” que diferencia esses territórios do restante da cidade, mesmo no caso de áreas semelhantes do ponto de vista socioeconômico (OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 250).

No Rio de Janeiro hoje, os jovens que cometeram ato infracional podem ser atendidos nos Centros de Recursos Integrados de Ação ao Menor - CRIAMs e nas escolas para cumprimento de medidas de internação. Todo esse sistema está sob a responsabilidade do governo estadual.

A unidade do DEGASE que serviu de campo de investigação atende meninos de 16 até 18 anos que cometeram ato infracional.

6 Esse termo foi usado por José Ricardo Ramalho (1983) para designar o espaço simbólico onde seu estudo a respeito de uma penitenciária paulista acontecia. Ele destacou uma linha de continuidade entre o sistema correccional e o mundo do crime, englobando nessa categoria a vida na cadeia e as interações que os detentos estabeleciam no cotidiano. Os meninos e meninas em conflito com a lei internados, por sua vez, se referem ao “mundão” para designar a vida fora da instituição. A semelhança entre essas duas formas de nomenclatura levou à opção pelo termo.

Por ser uma instituição que recebe adolescentes, a maioria dos jovens é reincidente. Outra característica marcante destes meninos é o envolvimento com o tráfico⁷. Os meninos ocupam o prédio de um antigo presídio na região oeste da cidade. Na mesma rua, apenas alguns metros depois, estão duas outras instituições penais para adultos, entre elas um manicômio judiciário. O educandário também está próximo dos presídios de segurança máxima. Todos em Bangu.

Dentro do educandário os garotos estão divididos em grupos: os do Comando Vermelho, quase 70% dos jovens internados; os do Terceiro Comando e os garotos do ADA, Amigos dos Amigos. Os meninos afirmam que dentro do educandário existe um outro grupo: os jovens do *seguro*. É para o *seguro* que vão os homossexuais e os garotos que cometeram atos que ferem as normas das facções: os traidores, ou X9, molestadores de criança, estupradores e “ladrões mendigos”, que roubam trabalhadores. Esses jovens estão na cadeia da cadeia.

A primeira etapa da pesquisa desenvolveu-se durante os meses de agosto e dezembro de 2003. Foram realizadas entrevistas em grupo com garotos do Comando Vermelho e do Terceiro Comando, entrevistas individuais e analisados os prontuários de todos os meninos entrevistados individualmente. Durante esses cinco meses a unidade do DEGASE foi visitada todas as semanas em que foi permitida a visita⁸. O material coletado naquela ocasião

7 É preciso ressaltar que, no Rio de Janeiro, as facções envolvidas com o comércio de varejo de drogas ilegais são as principais receptoras dos artigos roubados e que mesmo os jovens que cometem crimes contra o patrimônio, que nas palavras dos entrevistados nesse estudo “são do comando, mas não são comandados”, devem respeito ao grupo que está no poder na sua comunidade. Em outras palavras, mesmo os jovens que foram presos por roubo têm envolvimento com o tráfico.

8 As instituições que recebem jovens que estão cumprindo medida de internação, geralmente, têm um cotidiano conturbado. Durante o tempo que permanecemos lá no ano de 2003, dois grandes conflitos aconteceram. Em um deles, no início do mês de novembro, um dos meninos do 3º Comando morreu queimado. Nas semanas posteriores aos conflitos, não foi permitido visitar a instituição.

O comércio varejista de drogas ilegais e a juvenilização da sua mão de obra

serviu de base para a definição de linhas mais específicas de investigação.

Em 2006 novas entrevistas foram feitas para aprofundar os pontos considerados mais significativos a partir da análise do material inicial. A primeira etapa do trabalho de campo se estendeu de fevereiro até abril. Foram realizadas visitas regulares à instituição. Nesse período, além da observação do cotidiano institucional, tivemos conversas informais com os jovens e com os profissionais.

Entre agosto e outubro do mesmo ano, novos jovens foram entrevistados em dois grupos focais com cada comando. Além disso, foram analisados trabalhos elaborados pelos rapazes nas aulas do ensino regular. Vale destacar a riqueza do material cedido pelo professor de História.

A investigação da vida do jovem nas atividades do comércio varejista de drogas também teve como base obras de outros pesquisadores. A literatura que discute esse tema é predominantemente formada por estudos etnográficos. Vale destacar, pela sua importância para esse artigo, o texto onde Zaluar (2000) apresenta os resultados da sua experiência de vida na Cidade de Deus; a pesquisa de Dowdney (2003) sobre as crianças que atuam no tráfico de drogas; o estudo encomendado pela Organização Internacional do Trabalho - OIT (2002) a respeito dos jovens trabalhadores⁹ do tráfico; o estudo realizado pela FIOCRUZ a respeito da organização do negócio da droga (NEPD; CLAVES, 2000); os dados sistematizados pelo DEGASE (GOVERNO DE ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2002); o relatório elaborado pelo Observatório de Favelas (2007) e os

dados levantados pela 2ª Vara da Infância e da Juventude.

Crianças e jovens em conflito com a lei

A problemática da infância e da adolescência no Brasil tem assumido proporções alarmantes. A pauperização da família, provocada pelos altos índices de concentração de renda, leva milhões de jovens a condições precárias de vida. Na verdade, a percentagem de crianças e adolescentes envolvidos com o mundo do crime, dentro do universo populacional dos prejudicados pelas bases sociopolíticas nas quais o desenvolvimento econômico está asentado, é pequena. Paralelamente à violência social, vivenciada na escassez de oportunidades educacionais, profissionais e de melhora na qualidade da vida, o adolescente das camadas mais desfavorecidas da população ainda vem enfrentando o fenômeno da exposição cada vez maior aos produtos da crise de sociabilidade, que se expressa, entre outras coisas, nos índices de violência física envolvendo jovens. Eles estão vivenciando situações em que a violência é um recurso, um saber, uma prática, um conjunto de rotinas, que garantem a reprodução do sistema social vigente.

Machado da Silva (2008a, 2008b) afirma que, nas comunidades ocupadas pelas facções de drogas, está se desenvolvendo um tipo específico de sociabilidade, a sociabilidade violenta. Nessa modalidade de interação, um grupo que estrutura suas relações com base na força se impõe a outro grupo cerceando-lhe a mobilidade, a organização e a expressão. A força física se torna o “princípio de coordenação das ações” e as formas de interação são vivenciadas, sobretudo, como técnicas de dominação de uns e de defesa dos outros.

Nas últimas décadas, a parcela mais estável e poderosa dos traficantes em “bocas”, que têm sua base quase sem-

9 O termo trabalho é usado para designar a atuação dos meninos e meninas no comércio de varejo de drogas ilegais porque essa é a estratégia de geração de renda escolhida por eles. A atuação no “movimento” é considerada pela OIT como uma das piores formas de trabalho infanto-juvenil.

Herminia Helena Castro da Silva et al.

pre nas favelas e em outros territórios pobres, vem constituindo uma forma de vida autônoma, diferente da dos moradores comuns, e sendo responsável por uma ordem social que submete os moradores. Chamamos isso de “sociabilidade violenta” (MACHADO DA SILVA, 2008a, p. 21).

Na sociabilidade violenta, as condutas dos sujeitos estranhos ao grupo estruturado com base na força física não se orientam de forma autônoma e orgânica porque sempre há a interdição da desconfiança e do medo de ser vitimado pelo arbítrio do mais forte. Nas interações face a face, não há garantias de direitos, nem de reprodução das rotinas que materializam a vida cotidiana. Além disso, essa sociabilidade tem enfraquecido os laços sociais, dificultando a consolidação de bases para a ação coletiva e a ampliação das interações para fora dos limites estreitos da comunidade. A sociabilidade violenta isola os moradores, enfraquece a sociabilidade local e influencia o processo de socialização das novas gerações. Os danos da situação vivenciada nas periferias que servem de palco para o negócio da venda de drogas são mais agudos no caso das crianças e dos adolescentes.

Segundo dados da UNESCO (WASEL-FISZ apud ABRAMOVAY *et alii*, 1999), de 1979 até 1996 o número de mortes por homicídio e outras formas violentas entre os jovens de 15 até 24 anos cresceu 135%. Isto para todo o Brasil. Quando focalizamos as grandes cidades, esse crescimento passa a ser da ordem de 166% para o mesmo período.

Outra forma de materialização da violência sofrida pela juventude pobre é a associação do jovem das camadas mais desfavorecidas da população com a imagem do bandido, o que implica a discriminação de sua forma de ser e dos produtos da cultura produzida por

ele - mesmo quando não está diretamente envolvido com o crime ou qualquer forma de marginalidade.

... os policiais confirmam que as turmas de jovens paradas nas esquinas são imediatamente consideradas suspeitas e sujeitas a revistas: “Montinho assim na esquina, rodinha, a gente vai abordar pra ver o que eles estão fazendo ali. (...) A nossa função é abordar antes que eles venham cometer qualquer erro.” O “kit peba” – bermuda “ciclone”, calça caindo, cabelo solto, boné, tênis de marca, correntes e anéis – a bicicleta, a forma de os jovens caminharem, falarem e olharem para os policiais são associados ao malandro ou bandido. (ABRAMOVAY *et alii*, 1999, p. 155).

Se as políticas públicas básicas não são acessíveis aos meninos e meninas das camadas mais desfavorecidas da sociedade, de maneira geral, para os jovens que cometeram ato infracional o acesso aos bens sociais é ainda mais difícil. Esses jovens são internados em estabelecimentos sem infraestrutura adequada, onde passam a maior parte do tempo ociosos.

As instituições que atendem os meninos e meninas que cometeram ato infracional em regime fechado estão inseridas no contexto perverso que começa no lugar que os meninos chamam de *mundão* – circuito do crime e da miséria que eles vivem fora da instituição-, passa pelo sistema de controle do crime – delegacias, viatura, relações interpessoais com policiais civis e militares – e termina nos muros do internato. Esse circuito é percorrido por quase todos os jovens que cumprem medida de internação diversas vezes durante sua vida como infrator. Deste contexto ainda fazem parte a dinâmica que exclui os jovens da escola – a maioria dos garotos tem baixa escolaridade e histórico de repetência e expulsão – e

O comércio varejista de drogas ilegais e a juvenilização da sua mão de obra

as dificuldades financeiro-sociais enfrentadas pela sua família – a maioria dos meninos e meninas em conflito com a lei pertencem aos grupos mais empobrecidos das comunidades (SILVA, 2007).

Segundo dados levantados pela 2ª Vara da Infância e Juventude e da pesquisa realizada pelo Observatório de Favelas (2007), 70% dos jovens que cometeram ato infracional têm entre 14 e 18 anos e 90% deles são meninos. Do total de jovens, 16,35 % são analfabetos, enquanto que 28,48% deles cursam o primeiro segmento do ensino fundamental e 24,21 % cursam o segundo segmento. Apenas 5,2% estão no ensino médio. O envolvimento dos jovens com o tráfico responde por 35% dos processos, enquanto que os crimes contra o patrimônio estão em torno de 30%. Os meninos reincidentes correspondem a aproximadamente 40% dos jovens que circulam pelo sistema de atendimento. O número de jovens que foram encaminhados para internação, provisória ou sentenciada, ficou em torno de 10%.

Segundo dados do Centro de Triagem e Recepção – CTR do DEGASE (GOVERNO DE ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2002), a maior parte dos jovens em conflito com a lei é proveniente das regiões periféricas da cidade. Apesar de 96% dos rapazes e 99% das moças terem frequentado a escola, apenas 22% deles chegaram a completar 4 anos de escolaridade. 65% das moças e 70% dos rapazes foram repetentes e 50% de todos os entrevistados acreditam que têm dificuldades para aprender.

Nas camadas menos favorecidas, a pressão social para a entrada do jovem no mercado de trabalho é muito grande, por isso 88% dos rapazes declararam já ter trabalhado, desse montante 52% afirmam que trabalhavam para ajudar nas despesas de casa. Os entrevistados pelo CTR desempenhavam ocupações mal remuneradas, sem vínculo empregatício, prin-

cipalmente na construção civil, no comércio informal e em funções pouco qualificadas, como limpadores e guardadores de carro.

Quanto ao grupo doméstico, para 50% dos entrevistados a mãe é a figura familiar mais importante. 50% dos rapazes e 40% das moças não têm mais pai e 16% dos rapazes e 21% das moças apenas conheceram a mãe. Apenas 18,7% dos rapazes e 15,6% das moças foram criados pelo pai e pela mãe juntos. As relações familiares têm um alto índice de violência e essa violência está mais frequentemente relacionada à figura masculina do pai e do padrasto. Também é significativo o índice de famílias que enfrentam problemas de doença, principalmente da mãe – 45% das moças e 36% dos rapazes. Entre os jovens há uma grande incidência de doenças respiratórias e 10% dos rapazes e 20% das meninas já receberam atendimento psiquiátrico ambulatorial. O envolvimento de familiares com a criminalidade também é bastante significativo. 35% dos rapazes e 45% das moças relataram o envolvimento de parentes com o crime, principalmente irmãos e primos. 50% dos rapazes e 70% das moças relataram casos de parentes envolvidos com drogas ilegais e lícitas, principalmente o álcool. Entre os adolescentes, as substâncias tóxicas, drogas mais usadas, são o cigarro, 71% dos rapazes e 62% das moças - e a maconha – 69% e 62% respectivamente. A cocaína, principal fonte de renda do comércio de varejo de drogas, é consumida por 21% dos rapazes e 18% das moças.

Entre os mais novos, até 14 anos, o principal motivo da apreensão pela polícia é o furto. Mas, à medida que o jovem cresce, o envolvimento com o comércio de drogas passa a ser o principal motivo. Na faixa etária que vai de 15 até 17 anos, 31,7% dos rapazes e 9% das moças estavam envolvidos com o tráfico. Na faixa etária dos adultos jovens, a partir de 18 anos, esses índices crescem para 32,2% e

Herminia Helena Castro da Silva et al.

26,3% respectivamente. O número de reincidência no tráfico também é o mais alto para os adolescentes: 54,5%.

Em estudo realizado pelo Instituto de Estudos sobre Trabalho e Sociedade – IETS, a pedido da Organização Internacional do Trabalho – OIT (2002), constatou-se que o número de jovens em conflito com a lei envolvidos com o tráfico no Rio de Janeiro vem aumentando, além disso, a idade desses meninos vem diminuindo. A média, que no início dos anos 90 ficava em torno de 15 a 16 anos, no ano 2000 caiu para 12 até 13 anos. Os dados também evidenciam que a maioria das crianças e jovens é afrodescendente: 90% da força de trabalho no comércio varejista de drogas ilegais.

Se comparamos esses dados com outros levantados pela 2ª Vara da Infância e da Juventude, no início da década de 90, veremos que a questão da relação entre a ocupação dos comandos e o envolvimento de jovens com o crime se destaca. Em 1993, 73,51% dos delitos eram contra o patrimônio e apenas 9,58% dos jovens estavam envolvidos com entorpecentes. Os índices de envolvimento dos jovens com as drogas ilegais cresceu, enquanto que outros percentuais, como sexo, nível de renda e escolaridade, se mantiveram constantes. Ou seja, a problemática que envolve o menino e sua família se manteve inalterada, mas o tipo de estratégia para garantir a sobrevivência mudou: os jovens migraram dos crimes contra o patrimônio para o envolvimento com o comércio varejista de drogas ilegais. A situação social descrita pelos dados se agrava com a exposição dos jovens e de seus familiares à atividade do crime organizado e a guerra de facções e de setores do sistema de segurança e do governo pela apropriação do lucro dessa atividade.

Em resumo, na cidade do Rio de Janeiro, os

jovens em conflito com a lei são, na sua grande maioria, adolescentes afrodescendentes, do sexo masculino, com pouca escolarização, egressos de famílias monoparentais que vivem em situação socioeconômica crítica, que foram criados em territórios onde o poder das facções criminosas envolvidas no comércio de drogas estava consolidado.

Juventude e subcultura do combate

Até a década de 60, nas comunidades, encontrávamos somente o varejo de maconha, que tinha como consumidores grupos marginais à sociedade. A cocaína era consumida apenas pelas elites econômicas, mas de forma pouco significativa. É quando o comércio varejista de drogas baseado nas comunidades periféricas encontra os consumidores dos estratos médios e superiores da sociedade que o negócio da venda de drogas ilegais cria as bases para se constituir na força que ele hoje representa.

Além da mudança de perfil dos consumidores, de grupos marginais para os estratos médios e altos, o negócio de venda de drogas ilegais com base em territórios periféricos se potencializa com a venda da cocaína a baixo preço, que foi possibilitada pela consolidação de rotas internacionais do tráfico que ligavam os países consumidores, Estados Unidos e Europa, aos países produtores, passando pelo sudeste do Brasil (PROCÓPIO, 1999). Desde a criação dessas rotas, o país aparece como principal entreposto, posição que é ocupada até hoje. Mas, a partir da década de 80, o Brasil, além de entreposto, passa a ser o segundo maior consumidor de drogas e produtor de produtos químicos envolvidos na fabricação da coca.

Foi na base incipiente montada nas bocas de fumo e nas relações clientelistas estabelecidas entre seus “donos” e as comunidades da baixa renda que a cocaína chegou às

O comércio varejista de drogas ilegais e a juvenalização da sua mão de obra

periferias urbanas com preço acessível para ser consumida pela classe média, principal grupo consumidor. Ainda segundo Procópio, é a concentração de muitos profissionais bem remunerados, entre eles os funcionários públicos, que explica a rentabilidade que a venda de drogas tem nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e no Distrito Federal. Em Brasília, por exemplo, o índice de consumo no Lago Sul é muito mais representativo do que os índices apresentados pelas cidades satélites. Em pesquisa realizada em parceria pela UERJ e pela FIOCRUZ (NEPD & CLAVES, 2000) também ficou evidenciado que o uso de drogas entre os estratos sociais A e B é duas vezes maior que o uso nos estratos C e D.

Na década de 80, o comércio varejista de drogas ilegais já estava estruturado a partir dos dois principais comandos que existem hoje: o Comando Vermelho, derivação da Falange Vermelha, grupo de articulação dos presos comuns dentro dos presídios, e o Terceiro Comando, derivado da Falange do Jacaré (MISSE, 2006). Com o aumento da lucratividade dos negócios a partir da entrada da cocaína no esquema do varejo com base em territórios periféricos, e com o interesse demonstrado pelos atacadistas internacionais, o tráfico começa a atrair agentes de segurança pública em busca de ganhos fáceis e o investimento de grandes e pequenos empresários brasileiros.

Paralelo ao comércio de drogas e armas, outra mercadoria importante no esquema do narcotráfico são as mercadorias políticas, oferecidas pelos agentes de segurança pública e quadros da máquina estatal em todos os níveis e poderes. A existência do comércio de drogas ilegais também “exige a criação de um mercado paralelo e concomitante de produção de violência explícita ou potencial, tão próspero quanto o da droga, cujo valor é agregado ao produto ilícito” (NEPAD; CLAVES, 2000),

e que aumenta a procura pelas mercadorias políticas monopolizadas pelo estado.

Compreender a constituição do movimento de drogas implica em compreender a sobreposição de dois mercados ilícitos diferentes: o primeiro baseado na compra e venda de mercadorias privadas resultantes de apropriação ilegal e o segundo baseado na compra e venda de bens públicos, que deveriam ser de monopólio estatal - proteção, livramento de prisão, armamento das forças armadas e do sistema de segurança, documentos, informações, entre outras coisas.

O tráfico de drogas promove a convivência de muitos sujeitos com o crime e a violência. Nas ruas das periferias da cidade do Rio de Janeiro, meninos e meninas crescem expostos aos efeitos e à presença marcante do movimento de drogas e das situações provocadas por essa exposição. Ou seja, os jovens são socializados em contextos onde a ideologia do pertencimento a uma facção é fundamental para a definição de identidade coletiva. Como disse Machado da Silva (2008b), “não se nasce portador da sociabilidade violenta, de modo que seria preciso indagar as trajetórias (...) que podem conduzir ao engajamento nessa forma de vida” (p. 43).

A exposição dos jovens das comunidades ocupadas pelos comandos envolvidos na venda de drogas no varejo à subcultura do combate, conforme a classificação feita nesse texto ou a adesão ao *ethos* guerreiro, na concepção de Cecchetto (2004a), ou mesmo ao pertencimento a uma microsociedade, como afirma Oliveira, citado anteriormente, implica na participação em uma série de interações específicas que colocam os sujeitos em contato com a concepção de mundo e de masculinidade apropriada às atividades desenvolvidas no mundo do crime. Em outras palavras, estamos afirmando que a mão de obra do comércio de

Herminia Helena Castro da Silva et al.

drogas desenvolve as habilidades e competências necessárias à atuação no comércio de varejo de drogas em um processo de educação informal. Através da convivência e da observação, muitas crianças aspiram, desde cedo, a pertencer ao grupo de maior poder dentro do seu contexto de vida.

Podemos dizer, grosso modo, que a educação é um processo sistemático de transmissão de cultura. A cultura, por sua vez, é o acervo de conhecimentos que cada grupo social cria a partir das possibilidades e necessidades vivenciadas no cotidiano, que funciona como fonte de significação da vida e como fonte de identificação grupal. Ela expressa as formas de viver de cada sociedade e materializa a estrutura das relações sociais, os valores e a concepção de mundo do grupo que a criou. Em uma mesma sociedade, de um contexto para o outro, conforme a conjuntura e as experiências específicas, vão existir diferenças culturais. Para a discussão proposta aqui, uma subcultura é um acervo diferenciado que se forma dentro de um contexto cultural maior a partir de práticas sociais e experiências grupais específicas daquele contexto. A cultura, e, em menor escala, uma subcultura, devem ser entendidas como processos constitutivos de modos de vida particularizados.

A vizinhança é um lugar privilegiado no processo de produção de vínculos culturais e de identidade para o jovem, que é focalizado nessa investigação porque muitas vezes é o único, ou o principal grupo de convivência fora do grupo familiar, já que o trabalho é instável e a escola não ocupa um papel de destaque na vida de muitas famílias das periferias.

Na cidade do Rio de Janeiro, a subcultura do combate influencia a identificação das crianças e dos jovens, que são expostos à ação das facções de drogas há mais de vinte anos, funcionando como processo educativo infor-

mal. Os jovens crescem dentro de contextos culturais em que os traços dessa subcultura não só circulam como são reforçados pela realidade, no sentido de que a imagem que as facções criam sobre elas mesmas como defensoras das comunidades frente à ação dos inimigos, as promessas de poder e diferenciação pessoal e a crença no valor do tráfico como fonte de renda e saída contra o abandono do estado e da sociedade, são vivenciados no dia a dia.

A subcultura do combate constitui-se enquanto um conjunto de crenças compartilhadas são disseminadas por toda comunidade e atinge os adolescentes que estão vivendo uma fase em que buscam afirmar a masculinidade e estão consolidando a autoimagem. Ela está baseada na valorização do dinheiro, do poder, da violência e do consumismo e materializa o orgulho de fazer parte de um grupo forte ao qual se deve uma lealdade cega. Outro traço fundamental desse acervo é a metáfora da guerra como forma de interpretação da conjuntura vivida. Por exemplo, os jovens que defendem as atividades do comércio de varejo de drogas são conhecidos como “soldados” e os oponentes são vistos como “inimigos”, também conhecidos como “alemães”. Nesse contexto, o “inimigo” é percebido como “culpado” e deve ser destruído para que a justiça se estabeleça.

O ideal de virilidade implícito nesse acervo simbólico é o do “macho-disposição”, que se constitui, por um lado, vinculando o poder, o dinheiro e o uso de armas à conquista das mulheres, e, por outro, fortalecendo a imagem do indivíduo que não dá satisfação a ninguém, fortalecendo também a figura do chefe, a coragem e a ousadia (ZALUAR, 2004).

Na subcultura do combate, as figuras do “movimento” são idolatradas e as facções são apresentadas como defensoras da população contra seus inimigos. Além disso, as facções

O comércio varejista de drogas ilegais e a juvenilização da sua mão de obra

são consideradas como alternativa ao descaso das autoridades. Essa subcultura expressa a rotina da luta pela manutenção do território através da disseminação do ódio pelo inimigo, pelo traidor e a crença no valor da facção como protetora dos inocentes e dos mais fracos. No contexto dessa subcultura, a identidade grupal dos membros das facções se constitui em oposição a um outro considerado covarde, sem princípios e merecedor da morte.

Existem três comandos, ou facções, atuando no comércio varejista de drogas ilegais no Rio de Janeiro. Eles não atuam de forma centralizada, mas sim como grupos independentes que garantem apoio mútuo em conflitos contra a polícia e contra outra facção. Apesar de independentes, a situação dos comandos e a forma como eles se organizam é semelhante em todas as comunidades, mesmo entre comunidades ocupadas por grupos inimigos.

Segundo Misse (2006), o que caracteriza o “movimento” de drogas na cidade é a sua relativa organização, o poder que ele representa nos territórios onde se estabelece por ocupar, mesmo que de forma pontual, o lugar das políticas públicas, sobretudo de segurança, e o fato de se constituir em redes de proteção mútua. A organização das redes do comércio de varejo de drogas no Rio teve como base inicial os esquemas fragmentados montados nas comunidades de baixa renda em torno das bocas de fumo e de seus “donos”.

O território é fundamental no esquema do negócio da venda das drogas ilegais ao consumidor, seja pela topografia das comunidades, seja pela situação de isolamento com relação ao restante da cidade, incluindo outras comunidades, seja pelas já estruturadas relações de reciprocidade existentes entre os moradores e os bandidos. O poder de controle social dos comandos na cidade do Rio de Janeiro é bastante significativo. Para Dowdney:

Em graus variados, as facções controlam a ordem social por meio de punições por desobediência, na maioria das 800 favelas do Rio de Janeiro. Isso significa mais de 1 milhão de pessoas, cerca de 20% da população da cidade (2003, 73).

A ocupação das favelas pelos comandos repousa em estruturas sociais preexistentes de controle social e proteção. Os comandos se mantêm enquanto força sociopolítica através de coerção encorajadora e violência. Antes da criação dos comandos nas comunidades já existiam personagens que se aproveitavam da ausência de representantes do poder público para desenvolver relações de reciprocidade forçada (DOWDNEY, 2003) com os moradores. Os “donos” eram figuras emblemáticas que mantinham a ordem através do uso da força, em uma versão romântica do “bom bandido”. Essa relação, por sua vez, teve como base social mais ampla a estrutura de poder autoritário e o clientelismo. Com o fortalecimento do negócio das drogas e a estruturação dos comandos, os “donos” das comunidades se tornaram exclusivamente figuras do comércio do varejo de drogas organizado.

A reciprocidade estabelecida entre os “donos” e os moradores está baseada na troca de favores pessoais, em investimentos em bens e atividades comunitárias e no uso da violência. Os negócios do tráfico incrementam a economia comunitária, gerando empregos diretos e indiretos, e colocando ativos em circulação, aumentando o consumo de alimentos, bebidas, imóveis, entre outras coisas. Os comandos também investem em atividades culturais e de lazer, que atraem consumidores de fora da comunidade. Além disso, o fato de o comércio varejista de drogas ilegais empregar muitos moradores facilita o estabelecimento de relações de confiança no sistema de segurança montado pelas facções e amplia a vinculação desses grupos com as famílias e os grupos

Herminia Helena Castro da Silva et al.

existentes nos territórios ocupados, principalmente no caso das crianças e dos adolescentes, faixa etária onde se concentra hoje a maior parte dos trabalhadores do “movimento”.

A precariedade do mercado de trabalho também vem modificando o significado tradicional dessa atividade. A partir da dificuldade de se estabelecer uma cultura do trabalho estável, que implicaria em valorizar o trabalho como fonte de realização pessoal e consolidação de laços sociais, o trabalho se reduz ao seu significado instrumental e imediato (BAJOIT; FRANSSEN, 1997). O trabalho ilegal, em seus mais diferentes matizes, faz parte do cotidiano da cidade. E muitas vezes esse trabalho, de camelôs, de transportes alternativos irregulares, por exemplo, está misturado com a estrutura do tráfico. Além do trabalhador ilegal, diversas formas de geração de renda ilícitas são praticadas: loteamento clandestino, ocupação de lugares públicos, entre outras (ALVITO, 2004). A concepção de trabalho formal e estável está cada vez mais distante da socialização da juventude dos estratos menos assistidos da população. Isso altera o significado do trabalho e reforça a cultura do trabalho de risco (ZALUAR, 2004).

Os jovens que servem de mão de obra para as atividades desenvolvidas no comércio de varejo de drogas ilegais estão dispostos a assumir os riscos que envolvem essa atividade em troca de ganhos maiores e de se sentirem valorizados por pertencerem a um grupo reconhecidamente forte.

O “movimento” é um interlocutor investido de autoridade na organização do espaço comunitário. Ele funciona como um grupo de poder e como uma rede intersubjetiva baseada em relações sociais básicas, como o parentesco, a amizade e a vizinhança, que se constitui como grupo de proteção e convivência. O tráfico atua como força social através da vio-

lência, da potência gerada pela coesão entre os seus membros e pelo controle direto sobre as condutas, bens imóveis e espaços públicos.

Todas as instituições comunitárias estão sob a influência dos comandos. Essa influência empobrece as teias da sociabilidade, retirando dessas teias a penetração necessária para fazer frente à ação desarticuladora das facções (MAFRA, 2004). O tráfico canaliza para si o diálogo coletivo e se impõe como mediador e interlocutor obrigatório. A exposição à violência e a ameaça de violência leva os diferentes grupos que compõem as comunidades a se fecharem em pequenas sociedades, ampliando as distâncias sociais e enfraquecendo a esfera política. O aumento das distâncias sociais provoca desconfiança na utilização do espaço público.

Nas comunidades ocupadas pelos comandos, a desconfiança e o recuo para a esfera privada fortalecem o medo e a subcultura do combate. Nesses lugares, assim como na cidade como um todo, estamos assistindo ao progressivo estreitamento dos espaços de confiança mútua (REIS, 1998).

A subcultura do combate está presente na socialização da juventude nesses contextos. Muitos jovens de comunidades ocupadas pelo tráfico, mesmo quando não estão diretamente envolvidos com o comércio de drogas ilegais, são capazes de identificar modelos diferentes de armas de fogo, inclusive demonstrando conhecimento de fabricantes (DOWDNEY, 2003). E, em estudo realizado por Assis (1999) com jovens em conflito com a lei e seus familiares, brincar de “boca de fumo” aparece como um dos jogos infantis. Zaluar (2000), por sua vez, identificou uma brincadeira comum entre as crianças da Cidade de Deus: “bandido e bandido”, em uma nova demonstração de como as formas de conviver influenciadas pela atividade do tráfico têm

O comércio varejista de drogas ilegais e a juvenilização da sua mão de obra

penetração no dia a dia das crianças e jovens. Outro exemplo de difusão da subcultura do combate é o baile *funk*, onde se pode perceber a representação da luta entre grupos inimigos em torno do controle sobre o espaço onde se dança.

Em estudo realizado a respeito dos bailes no Rio de Janeiro, Cecchetto (2004a) identificou três modalidades de baile: os de corredor, os bailes normais e os bailes de comunidade. Nos dois primeiros havia luta, mas nos bailes de corredor o confronto entre galeras era o centro de gravidade do evento. Esses bailes não eram organizados por pessoas do “movimento” e era proibida a entrada de crianças. Paradoxalmente, nos bailes de comunidade, promovidos pelas facções, toda comunidade podia entrar, inclusive crianças, mas a presença ostensiva de traficantes armados garantia a paz e o ambiente familiar. Nos três tipos de baile, como no “movimento”, a idade prevalente dos jovens ficava entre 15 e 17 anos.

Apesar de serem campo de luta, os bailes de corredor costumavam ser realizados em clubes, CIEPs e em quadras de escolas de samba, o que demonstrava a naturalidade com que esse estilo de lazer era encarado. A tensão nos eventos era ampliada pela música, “pancada”- batida forte e contagiante-, e pela “dança guerreira” – representação de luta.

Dito de outra maneira, no baile percebe-se a representação simbólica de processos complexos que organizam hoje a vida social das favelas (...). Isso pode ser observado no forte estímulo à competição territorial, na referência decorrente aos “comandos” das comunidades e no emprego da lógica da guerra na divisão do território do baile (Ibid., p. 163).

Para Cecchetto, essa forma de interação juvenil estava baseada na afirmação de um

estilo violento de lazer, onde era valorizada a disposição para brigar e um *ethos* guerreiro. As galeras *funk*, a exemplo das facções, estavam circunscritas ao seu território e a frequência ao território inimigo era evitada por que esses são considerados perigosos. Os jovens que mais se destacavam nos confrontos do corredor se consideravam “pichados” – conhecidos pelos grupos rivais - e só circulavam em lugares neutros ou em território de aliados.

A disposição para a briga vincula-se a um modelo de masculinidade bastante valorizado entre os jovens das comunidades. Segundo Cecchetto (2004b), a masculinidade é uma configuração de condutas que se referem a um contexto em uma época determinada. A vida pessoal e a estrutura social se interconectam e as práticas sexuais são determinadas por processos históricos. Os modelos de masculinidade dominantes estão sempre relacionados a identidades masculinas marginais ou dominados. E esses modelos se vinculam a fatores como posição social, etnia e território. No caso das comunidades onde se desenrola o comércio de varejo de drogas ilegais, os bandidos servem de modelo de masculinidade.

A ocupação das favelas pelas facções do tráfico e a militarização dos negócios de venda de drogas ilegais no varejo já dura mais de 20 anos. Sendo assim, os jovens que atuam hoje no movimento cresceram em meio a essa influência. A situação de conflito faz parte do cotidiano das comunidades e os jovens são cada vez mais influenciados pelo envolvimento de membros de grupos de referência básica, como a família e os amigos que trabalham no tráfico. O fato de os espaços públicos das comunidades estarem ocupados pelo negócio do tráfico gera uma interação constante entre as figuras do “movimento” e os jovens das comunidades.

A vida no mundo do crime como escolha

Herminia Helena Castro da Silva et al.

O crescente envolvimento dos jovens com o narcotráfico está fundamentado na ampla desigualdade social e na dificuldade das populações pobres de terem acesso à educação e salários dignos, entre outros fatores que contribuem para a melhoria das condições de vida. Entretanto, essas determinações estruturais, fundamentais para a compreensão da passagem ao ato infracional, não devem obscurecer o aspecto subjetivo da “escolha” individual. (ZAMORA, 2005, p. 137)

O grande problema de supervalorizar as questões estruturais na tentativa de entendermos a prática da delinquência é a desumanização dos jovens, que seriam vistos como massa e por terem um baixo nível educacional acabam sendo suportes do que foi produzido fora deles. O jovem é considerado incapaz de pensar criticamente sobre o poder que o oprime. Isso não nos interessa aqui porque consideramos que os adolescentes envolvidos com o comércio de varejo de drogas ilegais têm boas razões para acreditarem no que acreditam. Entender as justificativas dos jovens implica em buscar uma “verdade contextual” (ZALUAR, 2000), que não se baseia em princípios abstratos e universais, mas que se deixa perceber no calor do cotidiano. Para nos aproximarmos da verdade contextual é preciso analisar a escolha pela criminalidade do jovem envolvido com o “movimento” à luz do contexto social onde ela aconteceu.

Em estudo realizado pela FIOCRUZ (ASSIS, 1999), os pesquisadores estavam interessados em avaliar os fatores protetores e os fatores de risco que estiveram envolvidos na vida de jovens infratores e de seus irmãos e primos não-infratores. A pesquisa trabalhou com jovens internados em Recife e no Rio e focalizou jovens que cumpriam medida de internação por causa de crimes

violentos. Esse estudo será usado aqui para introduzir a questão da delinquência juvenil em contextos ocupados pelas facções que atuam no comércio varejista de drogas.

O estudo da FIOCRUZ comparou adolescente em conflito com a lei com seus irmãos e primos não-infratores em busca desses fatores. Os primos foram incluídos no caso de não haver irmãos e esses primos terem sido criados com os infratores, ou no caso dos irmãos também estarem envolvidos com o crime. A pergunta que o estudo queria responder era a seguinte: por que em um mesmo núcleo familiar e comunitário indivíduos seguiam caminhos tão diferentes? Assis escolheu o modelo de Shoemaker para discutir a delinquência. Nesse modelo, três dimensões de análise são combinadas. A primeira, estrutural, que diz respeito a questões sociais mais amplas, a segunda, sociopsicológica, que discute a autoimagem e a influência de instituições sociais e do grupo de amigos, e a terceira, individual, que focaliza as características psicológicas dos jovens.

Apenas na articulação desses três níveis é possível entender quais são os fatores de risco que levam os jovens à infração, e os fatores protetores, que auxiliam outros jovens a resistirem às influências do meio e a enfrentar os problemas vividos de maneira diferente. A influência do meio diz respeito ao fato de que os jovens entrevistados, infratores ou não, cresceram em territórios ocupados pelo tráfico de drogas onde a subcultura do combate estava sendo disseminada.

Segundo a autora, no modelo de análise do problema escolhido, ao se articular as três dimensões citadas, percebe-se que os fatores que estariam mais associados à escolha da delinquência são o grupo de amigos e o controle social exercido sobre os jovens

O comércio varejista de drogas ilegais e a juvenilização da sua mão de obra

pelas instituições sociais, principalmente a escola, a família e a comunidade¹⁰.

A pesquisa realizada na unidade do DEGASE acabou por confirmar o modelo usado por Assis para entender a delinquência: a falta de controle das instituições sociais e a influência do grupo de convivência foram peças fundamentais na escolha pelo mundo do crime como estratégia de sobrevivência e estilo de vida. Entre os entrevistados, os amigos eram exclusivamente do “movimento”, a escola não se configurou em instituição significativa e a família não oferecia supervisão adequada.

A falta de controle da família diz respeito, sobretudo, ao fato de que nas famílias monoparentais, pobres muitas vezes, os filhos ficam em casa enquanto o responsável trabalha. Os jovens entrevistados afirmam que, como as condições de trabalho dos pais é precária, eles se ausentam de casa deixando os filhos sozinhos. Por estarem sozinhos, os entrevistados passavam a maior parte do tempo na rua, em contato com as atividades do “movimento”. Além disso, é preciso ressaltar que, no caso dos jovens envolvidos com o comércio de drogas, na maioria dos casos havia entre os familiares outras pessoas envolvidas.

O menino envolvido com as facções tem também uma noção de tempo individual e de família muito estreita. Um deles diz que: “Se eu viver até meu filho ter seis, sete anos, eu já fiz a minha parte”. Outro afirmou que não acredita que possa fazer diferença na vida do filho se ele quiser escolher ser bandido, porque seu pai não fez diferença em sua vida. Enquanto que em outra entrevista um jovem diz que o pai só pode fazer diferença na vida do filho se tiver um trabalho de “carteira assinada”.

10 Isso também se confirma em outros estudos empíricos. Um dos motivos alegados pelos moradores da Cidade de Deus para que os jovens ingressem na vida do crime é a falta de supervisão de familiares adultos e o grupo de amigos (Zaluar, 2000).

O comprometimento do significado da escola e a desarticulação dessa instituição com outras dimensões da vida ficaram patentes durante as entrevistas. O desempenho dos responsáveis e de diversos moradores da comunidade na escola acaba por comprometer a crença do jovem na possibilidade de melhorar de vida através do binômio: escola/trabalho.

Os jovens demonstraram que consideram o trabalho como algo transitório e precário, onde ele vai desempenhar tarefas pouco significativas e massantes, que não vão lhe abrir perspectivas de ascensão social. A precariedade e o imediatismo da situação vivida no mercado de trabalho são confirmados pelo desempenho dos jovens e de seus familiares no sistema escolar. Sem ver saída pela via da escola ou pela via do trabalho o jovem desenvolve uma concepção imediatista de vida, em que não há muito sentido em se projetar o futuro em bases realistas. Essa falta de expectativas e de projeção para o futuro foi considerada por Abramovay (1999) como uma das condições da consolidação de um sentido do trabalho em que as atividades desempenhadas no tráfico aparecem como alternativas de vida. Para Alvito (2004), além de serem alternativas viáveis, os postos de trabalho no tráfico ainda têm a vantagem de estarem acessíveis para os jovens nas comunidades em que foram flagrantemente.

Do ponto de vista pessoal, os jovens entrevistados se consideravam mais arrojados e corajosos e gostavam de correr riscos, principalmente quando estavam na companhia de amigos. O jovem se considera em muitos aspectos como alguém que tem a “mente fraca” e está na idade de ser “embalado”. Eles acreditam que estar “embalado” – seguir o curso dos acontecimentos sob a influência de outras pessoas – é uma característica comum às pessoas da idade deles. Além disso, justificam sua escolha pela criminalidade com

Herminia Helena Castro da Silva et al.

base no sentimento de revolta diante das dificuldades da vida - dificuldades financeiras, emocionais e de relacionamento familiar. A revolta levava à rebeldia e a uma dificuldade em controlar a agressividade.

Os infratores também demonstraram uma falta de valor pela sua vida. Optam por viver o hoje e fazem o que gostam. Vivem a vida em alta rotatividade, não refletem sobre o futuro, não fazem planos nem de curto, nem de longo prazo. Vivem na vertigem da atividade do “movimento” que só é quebrada pelos tempos de internação ou pela morte.

Outro aspecto fundamental para a escolha e permanência no mundo do crime é a escolha dos amigos. No caso dos jovens em conflito com a lei entrevistados, os amigos pertencem ao universo infracional. Em alguns casos, mesmo o menino não sabe dizer ao certo como se envolveu com o crime. Ele estava pelas ruas da comunidade “soltando pipa”, “batendo papo” e “quando viu”, já estava fazendo algum serviço ou guardando mercadorias e armas. Zaluar (2000) também identificou que havia entre os moradores da Cidade de Deus uma crença na ideia de que, em alguns casos, o envolvimento com o crime aconteceu sem que o sujeito tivesse responsabilidade, por força das circunstâncias.

Também estão em jogo na escolha individual a necessidade de ser reconhecido como pessoa de valor dentro da comunidade, capaz de se equiparar ao trabalhador honesto no que diz respeito à capacidade de enfrentar situações difíceis em nome daquilo que valoriza. Por isso é que o que valoriza o bandido para ele subir na carreira no comércio de varejo de drogas é o “sofrimento”, o mesmo sofrimento que os meninos afirmam que é um atributo do trabalhador honesto. Se você sofre pela vida no crime, você merece consideração, ou “conceito” e se sente pertencendo a um grupo

forte e coeso e comunitariamente significativo. Também é fundamental nessa escolha a aceitação da legitimidade da justiça sumária praticada pelas facções e o costume de resolver as coisas na ameaça de violência ou na violência explicitada.

Os meninos afirmam que nesse universo eles também apreciam a excitação. Eles gostam do combate porque são ocasiões em que podem colocar em curso atributos capazes de destacá-los nas interações que estabelecem. É nas situações de combate que o grupo vai poder avaliar sua lealdade, coragem, tranquilidade e ousadia, atributos do “bandido formado” – que é tranquilo porque tem maturidade - e do “macho-disposição”. Também é no conflito que as facções reiteram seu controle sobre a favela e demonstram que são o único grupo capaz de defender o território de seus inimigos. Os inimigos do tráfico são os inimigos da comunidade, isso faz deles aliados e também justifica as regras envolvidas na reciprocidade. Por isso, para todos os entrevistados “o certo é que o morador deve vir em primeiro lugar”. Desrespeitar o morador é minar as bases da reciprocidade porque nega a identidade comum que é de todos conhecida: a de serem nascidos e criados em territórios da periferia, abandonados pelas políticas públicas e a mercê dos abusos de poder dos agentes de segurança.

Os meninos estão em busca de adrenalina, querem diversão, emoção e independência. Muitos meninos disseram que a vida que levam é boa, porque gostam de emoções fortes. Por isso o roubo é o crime mais valorizado, porque envolve riscos maiores e não está montado em uma estrutura de proteção com base no controle do território ocupado pelas facções. Os meninos dizem que atua no “movimento” a pessoa que quer “viver mais um pouco”. O ladrão “vai em busca do problema”, atua independentemente e fica com todo

O comércio varejista de drogas ilegais e a juvenilização da sua mão de obra

o produto do roubo. Além disso, os postos do comércio de drogas exigem uma capacidade mais sofisticada de relacionamento intersubjetivo. A isso eles chamam de “sabedoria”. Atuar no tráfico requer uma maturidade que o menino reconhece como necessária e difícil.

Outro aspecto fundamental do papel que os meninos desempenham na reprodução da vida que levam diz respeito ao estilo de consumo e de lazer. A pobreza tem um significado específico para esses jovens. Para os meninos em conflito com a lei entrevistados, a pobreza envolve a falta de acesso a um padrão de vida e um estilo de consumo idealizado. Isso pode explicar porque um dos entrevistados afirma que seu lazer é “tomar um litro de *danone* e comer pão com queijo todo dia” e outro disse que as “cavalonas” – consideradas como mulheres atraentes – só saem com homens que têm “carrão”.

Os meninos afirmam que gastam seu dinheiro com “balada” – noitadas –, e artigos de luxo. Mesmo os que afirmam ajudar a família também destinam parte significativa do dinheiro que ganham no crime para o consumo de coisas supérfluas, como roupas de marca.

O tráfico é uma vida vertiginosa, sem volta, sem amanhã. Alguns se consideram “suicidas”, que são capazes de tudo para defender a “causa”, o território e a honra. Vivem a vida sabendo, ou aceitando, que vão morrer a qualquer momento, ainda jovens, por isso não perdem tempo pensando sobre o futuro.

A convivência com o “movimento”, o envolvimento de conhecidos, vizinhos, amigos, familiares e parentes, levam muitos jovens a aspirarem desde cedo à participação naquela dramaturgia em que o prazer e o poder são os bens imediatos que justificam o risco, e muitas vezes, a certeza da morte e o confinamento na comunidade. O jovem concilia a atitude

ousada e disposta, como quem acredita que é invencível – características de jovens em geral – com uma aceitação da idéia de que a morte é comum e que as saídas possíveis dessa vida são a morte ou a cadeia – “máquina de fazer velhinhos”. Eles acreditam que vivem uma vida peculiar, desvinculada da vida de pessoas comuns: “a vida errada”, “a vida louca”, “a vida neurótica”.

Os relacionamentos estabelecidos no mundo do crime, inclusive nos sistemas de atendimento ao jovem em conflito com a lei, com amigos, vizinhos, parentes e familiares, ampliam a visão fatalista de que esse é o destino que foi reservado para eles. A estrutura do tráfico dá a essa atividade uma legitimidade que é confirmada pelo valor do “movimento” na comunidade, pela força que ele representa na sociedade e pela convivência com personagens que estiveram presentes na vida dos jovens durante seu crescimento.

Eles constroem a respeito de suas vítimas uma concepção que justifica sua atitude: são ricos egoístas ou pessoas sem moral e respeito pela honra e pela reciprocidade estabelecidas entre o “movimento” e a comunidade. Os membros das outras facções e a polícia estão nesse último grupo, por isso são “vermes”, não são humanos.

O tráfico atinge as famílias nas comunidades de duas formas fundamentais: dificultando a capacidade das famílias de afastarem seu filhos da criminalidade; e na situação de isolamento que impõe aos moradores quando ocupa os lugares de sociabilidade e organização política e canaliza conflitos armados para os lugares públicos.

Além disso, a entrada no mundo do crime implica no rompimento com a vida anterior e na aceitação de viver seus dias e noites dentro das interações estabelecidas nesse novo uni-

Herminia Helena Castro da Silva et al.

verso. O jovem assume diante de todos uma nova identidade: “Aí, eu meti a mão mesmo! Virei menorzão!”.

Considerações finais

O trabalho no comércio varejista de drogas ilegais reflete contradições e valores legítimos na sociedade brasileira atual e está intimamente relacionado com o poder que os grupos vinculados ao comércio de varejo de drogas ilegais assumiu diante da sociedade e com o enfraquecimento das instituições responsáveis pela supervisão e pela proteção das novas gerações. Se consideramos que os jovens envolvidos com o “movimento” foram socializados em meio à difusão de uma subcultura estruturada no poder das facções de drogas e no enfraquecimento da solidariedade cívica, em um contexto onde o trabalho teve seu significado empobrecido e em uma sociedade que valoriza o poder e o consumo, é possível entender a escolha pela criminalidade como estratégia de sobrevivência. Também fundamentam essa escolha o fato de que formas ilícitas de geração de renda se estendem por toda a sociedade e o fato de que um número significativo de jovens, mais de 50%, têm familiares no mundo do crime.

Além disso, o tipo de atividade desempenhada pelo jovem, e pelo adulto criado na comunidade, é típica do grupo social ao qual esses sujeitos pertencem. As classes menos assistidas tradicionalmente trabalham no comércio, muitas vezes em atividades informais para as quais não é necessária muita qualificação, em que o trabalho é vivido em sua vertente instrumental e onde não há expectativa de carreira nem de estabilidade. Trabalhar envolve riscos.

Os meninos querem se sentir incluídos, sentem-se discriminados pela forma como se vestem e só conhecem poucas histórias de

pessoas que deixaram a vida do crime, sempre pela via da religião protestante, que é um rompimento radical que alguns não se sentem capazes de realizar. A situação do grupo doméstico também é crítica. A não aceitação de um estilo de vida em que não há espaço para o consumo de supérfluos, principalmente roupas, e onde o trabalho envolve muito esforço e humilhação, coloca muitos jovens na área de influência do “movimento”. No começo como espectadores ou acompanhantes de amigos, e, aos poucos, na medida em que demonstram interesse sincero e maturidade para “meter a mão” e aceitarem ordens e sofrerem sem discutir, eles passam a serem aceitos pelo grupo.

Os jovens em conflito com a lei acolheram a ideologia individualista pautada no sucesso e no poder. E dentro da subcultura do combate acreditam, sem refletir, na lógica da vingança, da honra de destruir o inimigo, mesmo sabendo como é difícil o caminho de volta. A partir de sua opção, quando ele efetivamente “mete a mão”, entra em um circuito diferenciado e precisa agir de acordo com as expectativas do grupo. Desse ponto em diante, o jovem toma decisões dentro dos limites estreitos do controle dos outros membros das facções.

Os meninos querem poder e dinheiro e justificam suas ações com argumentos fracos como: “Eu tinha um irmão que era ladrão e me dava tudo e ele foi morto e eu entrei mesmo para essa vida”, ou “Meu pai foi embora e eu me revoltei mesmo!”, ou “Vi meu pai morrer e aí meti a mão para vingar ele”. E agora, “quando o negócio ficou sério”, não se sentem no controle de suas vidas e entregam o futuro a Deus. São jovens à espera de um milagre.

O comércio varejista de drogas ilegais e a juvenlização da sua mão de obra

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. et alii. **Gangues, galeras, chegados e rappers**. Juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

ALVITO, M. Um bicho-de-sete-cabeças. ZALUAR, A. & ALVITO, M. (orgs.) **Um século de favela**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ASSIS, S. G. **Traçando caminhos em uma sociedade violenta**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

BAIERL, L. F. **Medo social**: da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Cortez, 2004.

BAJOIT, G. & FRANSSSEN, A. O trabalho, busca de sentido. In **Revista Brasileira de Educação**, n 5/6, mai/ago- set./dez 1997, p. 76-95.

CECCHETTO, F. R. Galeras funk cariocas: os bailes e a constituição de ethos guerreiro. In ZALUAR, A. & ALVITO, M. (orgs.) **Um século de favela**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. Págs 145-165.

_____. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004b.

DELUMEAU, J. **História do medo no ocidente**: 1300-1800. São Paulo: Edusp, 2001.

DOWDNEY, L. **Crianças do tráfico**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

GOVERNO DE ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Justiça. Departamento Geral de Ações Sócio-educativas. **Avaliação biopsicossocial de adolescentes em conflito com a lei**. Rio de Janeiro, 2002.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

MACHADO DA SILVA, L. A. **Vida sob cerco**: violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008a.

MACHADO DA SILVA, L. A. (org.) Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In **Vida sob cerco**: violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008b.

MAFRA, C. Drogas e símbolos: redes de solidariedade em contextos de violência. In ZALUAR, A. & ALVITO, M. (orgs.) **Um século de favela**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

Herminia Helena Castro da Silva et al.

MISSE, M. Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas. In BOAS, G. V. & GONÇALVES, M. A. **O Brasil na virada do século**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

_____. **O movimento**. A constituição e reprodução das redes do mercado informal ilegal de drogas a varejo no Rio de Janeiro. Drogas e pós-modernidade. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2003. Disponível em <www.ufrj.ifcs.necvu.br>. Acesso em 25 nov. 2006.

NEPD & CLAVES. Estudo global sobre o mercado ilegal de drogas. Rio de Janeiro: FICRUZ, 2000.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. **Caminhada de crianças, adolescentes e jovens na rede do tráfico de drogas no varejo do Rio de Janeiro, 2004-2006**. Capturado no *site* www.observatoriodefavelas.org.br. Acesso em 2 out. 2007.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO/ Programa Internacional de Eliminação do Trabalho Infantil. **Crianças no tráfico de drogas**: levantamento rápido. Genebra: IPEC, 2002.

OLIVIERA, P. P. Sobre a adesão juvenil à redes de criminalidade em favela. In MACHADO DA SILVA, L. A. **Vida sob cerco**: violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

PROCÓPIO, A. **O Brasil no mundo das drogas**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

RAMALHO, J. R. **O mundo do crime**: a ordem pelo avesso. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

REIS, E. P. Desigualdade e solidariedade: uma releitura do “familismo amoroso” de Banfield. In REIS, E. P. **Processos e escolhas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

SILVA, H. H. C. A paz de Tayná e a paz de todos nós. In **Revista Eletrônica Polêmica**. Rio de Janeiro: UERJ, n 11, out./nov./dez., 2003.

_____. **Educação, teoria social e cultura no contexto de vida dos jovens envolvidos com o comércio de drogas ilegais na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. Tese de Doutorado em Educação.

SOUZA, M. L. **Fobópoles**. O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

O comércio varejista de drogas ilegais e a juvenalização da sua mão de obra

_____ **Para não dizer que não falei de samba:** os enigmas da violência no Brasil. In SCHWARCZ, L. M. (org.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 4. Págs. 245-318.

ZAMORA, M. H. (org.) **Para além das grades.** Elementos para a transformação do sistema socioeducativo. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO/ São Paulo: Loyola, 2005.